



## **ATAME PÓS-GRADUAÇÃO E CURSOS**

**Ernani Luiz Oliveira Freitas**

### **LEI DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**BRASÍLIA-DF  
2010**

**Ernani Luiz Oliveira Freitas**

**LEI DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS NO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de pós-graduação “lato  
sensu” em Direito Civil e Processo Civil pela  
Atame Pós-Graduação e Cursos

**BRASÍLIA-DF**  
**2010**

## AGRADECIMENTOS

A minha eterna gratidão,

Ao Deus da minha vida e da minha história, pelo sustento e renovo diário.

A minha querida esposa, pelo amor incondicional e constante colaboração.

Aos meus pais, pelo exemplo de persistência e determinação.

Aos meus filhos, benditos frutos, que iluminam meu mundo.

Aos preciosos e queridos familiares, bênçãos em minha vida, irmãs, sogros, sobrinhos, cunhados, tios, Vó Dalva e Dona Terezinha, pelas reiteradas palavras de apoio, ânimo e orações.

Aos colegas do STJ, pelo constante aprendizado.

## RESUMO

A presente monografia aborda o novo procedimento dos Recursos Especiais Repetitivos, inovação introduzida pela Lei nº 11.672/2008, e sua aplicação no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Pretendeu-se por meio deste estudo proporcionar uma visão geral acerca desse novo instituto, que tem por escopo racionalizar o funcionamento do STJ e assegurar a garantia constitucional da duração razoável do processo. Objetivou-se, precipuamente, examinar a nova sistemática de julgamentos, as críticas feitas pela doutrina, as principais controvérsias surgidas na sua aplicação e os primeiros reflexos da nova lei na prestação jurisdicional a cargo do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Recurso Especial; Lei de Recursos Repetitivos; Superior Tribunal de Justiça

## ABSTRACT

This monograph discusses the new procedure of the Repetitive Special Appeals, an innovation introduced by Law No. 11.672/2008, and its application in the Superior Court of Justice. By means of this study, it was intended to provide an overview about this new institute, which aim is to rationalize the operation of the STJ and assure the constitutional guarantee of a reasonable duration of the legal procedures. It was mainly intended to exam the new systematic of judgments, the critics made by the doctrine, the main controversies that have arisen in its implementation and also the positive repercussions on the jurisdictional render in charge of the Superior Court of Justice.

Keywords: Special Appeal; Law of Repetitive Appeals; Superior Court of Justice

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. RECURSO ESPECIAL: BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA.....</b>	<b>7</b>
<b>2. RECURSO ESPECIAL: DEFINIÇÃO, HIPÓTESES DE CABIMENTO E REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE .....</b>	<b>10</b>
2.1    DEFINIÇÃO E HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	10
2.2    REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE .....	11
<b>3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI Nº 11.672, DE 08 DE MAIO DE 2008: LEI DOS RECURSOS REPETITIVOS NO ÂMBITO DO STJ.....</b>	<b>14</b>
3.1    ASPECTOS GERAIS.....	14
3.2    O RITO DA LEI Nº 11.672/2008 .....	16
3.3    A RESOLUÇÃO Nº 8 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	19
<b>4. ASPECTOS CONTROVERTIDOS NA APLICAÇÃO DA LEI DE RECURSOS REPETITIVOS.....</b>	<b>23</b>
4.1    A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA DO RECURSO PARADIGMÁTICO.....	23
4.2    SOBRESTAMENTO INDEVIDO.....	27
4.3    A DESISTÊNCIA E O RECURSO REPETITIVO.....	29
4.4    A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DO TRIBUNAL LOCAL QUE EXERCE O JUÍZO DE RETRATAÇÃO.....	31
<b>5. RECURSOS REPETITIVOS NO STJ E A COMPARAÇÃO COM OUTROS INSTITUTOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>33</b>
5.1    RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS E A REPERCUSSÃO GERAL .....	33
5.2    RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS E A SÚMULA VINCULANTE .....	35
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.672/2008, de 8/5/2008, publicada no Diário Oficial de 9/5/2008, é mais um exemplo da preocupação do legislador com a concretização da garantia prevista no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, vale dizer, assegurar a duração razoável do processo.

Na onda de outras importantes reformas do Código de Processo Civil, notadamente a adoção da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, foi introduzido o artigo 543-C, que estabeleceu procedimento para o julgamento dos recursos especiais repetitivos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça.

O objetivo buscado pelo novo instituto é desafogar o Superior Tribunal de Justiça, responsável pela unificação na aplicação da legislação federal, evitando a demora excessiva nos julgamentos, além de propiciar aos integrantes daquela Corte mais tempo para o julgamento das causas de maior relevo.

O presente trabalho visa analisar as mudanças decorrentes da Lei nº 11.672/2008 no julgamento dos processos cuja competência foi constitucionalmente atribuída ao Superior Tribunal de Justiça, bem como os reflexos que o novel instituto trará na busca da tão almejada celeridade da prestação jurisdicional.

Com esse propósito, será apresentada uma breve notícia histórica do recurso especial, sua definição legal, hipóteses de cabimento e requisitos de admissibilidade.

Discorrendo especificamente sobre o objeto do estudo, serão abordados aspectos gerais sobre a Lei dos Recursos Repetitivos, o rito previsto na Lei nº 11.672/2008 e a regulamentação da matéria no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Especial atenção será dada aos principais aspectos controvertidos que têm surgido na aplicação da Lei dos Recursos Repetitivos, com ênfase na importância da escolha do recurso paradigmático, a problemática do sobrestamento indevido e a possibilidade de desistência do recurso piloto.

De forma breve, será traçado um paralelo entre os recursos repetitivos, o requisito da Repercussão Geral e o procedimento da Súmula Vinculante, comparação que terá como objetivo identificar as principais semelhanças e diferenças entre os aludidos institutos.

Tratando-se de tema recente, muitas questões a ele relacionados não foram apreciadas com profundidade, nem pela doutrina, tampouco pela jurisprudência, circunstância que suscita nos operadores do direito grande número de dúvidas na aplicação das medidas processuais previstas no novo procedimento, daí porque se pretende, ainda que de forma modesta, contribuir para o estudo dessa importante modificação no sistema recursal brasileiro.



## 1. RECURSO ESPECIAL: BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA

Não é possível conhecer a origem do recurso especial, sem antes examinar a evolução histórica do recurso extraordinário, cuja competência para julgamento a atual Constituição atribuiu ao Supremo Tribunal Federal.

No ordenamento jurídico brasileiro, o recurso que teve como escopo assegurar a plenitude das normas constitucionais surgiu com a edição do Decreto nº 848/1890. Muito embora ainda não tivesse recebido à época, pela doutrina ou jurisprudência, a nomenclatura de recurso extraordinário, sua função era, sem dúvida, resguardar o conteúdo das normas constitucionais.

A inspiração legislativa teve como fonte o *writ of error* do direito norte americano, que tinha por objeto a análise de legislação federal. Mais tarde, já com a denominação de extraordinário dada pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal editado em 1891, o aludido recurso passou por modificações, algumas estruturais, outras não tão significativas.

Com a alteração promovida pela edição da Emenda Constitucional de 1926, foi introduzida no ordenamento a hipótese de cabimento relativa à existência de divergência jurisprudencial sobre lei federal.

A Constituição seguinte, promulgada em 1934, inovou trazendo a denominação já aceita pela jurisprudência e doutrina, e acrescentou a possibilidade de interposição baseada em contrariedade à lei federal, inaugurando a distinção normativa entre contrariedade e negativa de vigência à lei, diferenciação essa que permaneceu até a Carta de 1967.

Todavia, tal intenção perdurou até a Constituição de 1988, que restaurou a alteração trazida pela Carta de 1934, agregando na mesma alínea do autorizador constitucional as duas possibilidades de cabimento.

De outro lado, o Constituinte de 1988 empreendeu mudanças mais significativas no recurso extraordinário.

Até 1988, o que se via no Supremo Tribunal Federal era um aumento crescente na quantidade de processos que eram distribuídos naquela Corte e a

demora cada vez maior no tempo de julgamento de cada caso. O fenômeno ficou conhecido pela doutrina como a “crise do Supremo”.

Foi então que o constituinte adotou solução que vinha sendo apontada pela doutrina na década de 60, excluindo da hipótese de cabimento do recurso extraordinário a discussão a respeito de lei federal, que passaria a ser objeto de novo recurso, cuja competência para exame caberia a um novo Tribunal.

Precursora da idéia, que veio a ser concretizada pela Constituição de 1988, a comissão de estudo criada pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1965, formada por juristas e magistrados, concluiu, no que interessa:

Decidiu-se, sem maior dificuldade, pela criação de um novo Tribunal.[...] Seria criado um único Tribunal, que teria uma função eminente como instância federal sobre matéria que não tivesse, com especificidade, natureza constitucional, ao mesmo tempo que teria a tarefa de apreciar os mandados de segurança e habeas corpus originários, os contra atos dos Ministros de Estado e os recursos ordinários das decisões denegatórias em última instância federal ou dos Estados. 10. Assim, também, os recursos extraordinários fundados exclusivamente na Lei Federal seriam encaminhados a esse novo tribunal, aliviando o STF de uma sobrecarga. (MANCUSO, 2003, p. 85):

José Afonso da Silva, à época, delineando a competência desse novo órgão do Poder Judiciário, afirmava:

Tal órgão, que denominaríamos de Tribunal Superior de Justiça por uma questão de uniformidade terminológica relativamente aos já existentes, teria como competência fundamental, entre outras, julgar, em grau de recurso, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais ou juízes estaduais, dos feitos da fazenda nacional e militares: a) quando a decisão recorrida fosse contrária à letra de tratado ou lei federal; b) quando se contestasse a validade de lei ou ato de governo local em face de lei federal, e a decisão recorrida aplicasse a lei ou ato impugnado; c) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada fosse diversa da que lhe haja dado qualquer tribunal estadual, ou tribunal militar ou Tribunal Federal de Recursos, ou divergisse de decisão por ele próprio proferida (SILVA, 1963, p. 456).

Assim, conhecido o contexto histórico compreendido entre o surgimento da idéia do recurso especial e sua implantação em nosso ordenamento jurídico, a opção que a Constituição de 1988 tomou alterou substancialmente a forma de solução dos litígios federais e constitucionais.

Desse modo, parcela da competência antes atribuída ao Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário foi deslocada para o Superior Tribunal de Justiça, composto por 33 ministros responsáveis pela tarefa de zelar pela inteireza e uniformidade da legislação federal infraconstitucional.

## 2. RECURSO ESPECIAL: DEFINIÇÃO, HIPÓTESES DE CABIMENTO E REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

### 2.1 Definição e hipóteses de cabimento

Como visto, o recurso especial tem natureza constitucional, pois encontra expressa previsão na Carta Política de 1988, e tem por objetivo assegurar a correta e uniforme interpretação da legislação federal, conforme se vê do teor do artigo 105 da Constituição Federal, *verbis*:

Artigo 105 – Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, dos Distrito Federal e território, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência;
- b) julgar válida lei ou ato de governo local, contestado em face de lei federal; der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Assim, tem-se como primeiro requisito para o cabimento do apelo especial, que a decisão impugnada tenha sido proferida em única ou última instância e que seja proveniente de Tribunal.

É também necessário que a decisão recorrida tenha contrariado tratado ou lei federal, que, nos dizeres de Elpídio Donizetti (2007, p.455) tem sentido amplo, “podendo significar a inobservância ou a interpretação errônea de preceito legal, ou ainda, a negativa de vigência, mencionada na parte final do dispositivo.”

A alínea “b” do aludido dispositivo trata de hipótese, pouco comum, na qual reste demonstrado que a decisão recorrida tenha julgado válida lei local ou ato de governo local, contestado em face da lei federal.

Por último, a alínea “c” cuida do cabimento do recurso especial quando o provimento atacado tenha dado interpretação sobre lei federal divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Nesse caso, é necessária a demonstração e a comprovação da existência de divergência jurisprudencial, que deverá observar

tanto as normas previstas no Código de Processo Civil, quanto as exigências estabelecidas no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

É importante lembrar que a matéria de direito objeto do recurso especial deve estar relacionada a legislação federal, pois as questões versadas em leis de natureza local não autorizam a interposição do apelo especial para o Superior Tribunal de Justiça, orientação que está consolidada no enunciado nº 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal (“por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”) e a aplicada por analogia em sede de apelo especial.

Ainda quanto ao cabimento, o recurso especial também não é o meio adequado para suscitar possível injustiça decorrente da apreciação dos fatos e das provas examinadas pelas instâncias ordinárias. Esse entendimento está cristalizado do enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

## **2.2 Requisitos de Admissibilidade**

O juízo de admissibilidade do recurso especial é exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido. Admitido o recurso, os autos serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça que, antes de apreciar o mérito da controvérsia, examinará, em caráter definitivo, o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do apelo especial.

Admitido na origem e remetidos os autos ao Superior Tribunal de Justiça, o recurso especial poderá ser apreciado monocraticamente pelo relator (desde que presentes uma das hipóteses previstas no artigo no artigo 557 do Código de Processo Civil), ou submetido a julgamento por um dos órgãos colegiados que integram àquela Corte.

Não admitido o recurso, caberá a interposição de agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça (artigo 544 do Código de Processo Civil), devendo a parte vencida demonstrar o desacerto da decisão que negou trânsito ao recurso especial.

Caso o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entenda por manter a decisão que não admitiu o recurso especial e negue provimento ao agravo de instrumento, caberá a interposição de agravo regimental, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso (artigo 545 do Código de Processo Civil).

Tal como os demais recursos, o apelo especial também depende do preenchimento de certos requisitos de admissibilidade para que o órgão julgador possa ingressar no juízo de mérito propriamente dito.

De acordo com a doutrina dominante, os requisitos de admissibilidade podem ser divididos em intrínsecos e extrínsecos.

#### Segundo destaca Bernardo Pimentel Souza

Os requisitos intrínsecos de admissibilidade estão relacionados à existência do direito de recorrer, e os extrínsecos estão ligados ao exercício daquele direito. Integram o primeiro grupo: o cabimento, a legitimidade recursal, o interesse recursal e a inexistência de fatos extintivos e impeditivos. Compõem a classe remanescente: a tempestividade, a regularidade formal e o preparo (PIMENTEL, 2009, p. 41):

Sobre o atendimento desses pressupostos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem sido bastante rigorosa, até mesmo como uma forma de barrar o grande número de recursos que aportam diariamente naquela Corte.

Além dos requisitos comuns aos demais recursos, é de grande importância o preenchimento de um outro pressuposto específico dos recursos de natureza extraordinária, vale dizer, o chamado prequestionamento.

Esse requisito, que pode ser explicado em poucas palavras como a necessidade de que a questão de direito agitada no recurso especial tenha sido efetivamente apreciada pela decisão impugnada, decorre do próprio texto constitucional ao prever no já referido artigo 105, III, que compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as **causas decididas** em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, dos Distrito Federal e território.

Especificamente sobre o tema, existe farta jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça que culminou, inclusive, com a edição da Súmula n. 211, do seguinte teor: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.”

Desse modo, ainda que de forma breve, procuramos destacar os principais requisitos de admissibilidade e o processamento do recurso especial, temas imprescindíveis para a compreensão da sistemática introduzida pela Lei nº 11.672/2008.

### **3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI Nº 11.672, DE 08 DE MAIO DE 2008: LEI DOS RECURSOS REPETITIVOS NO ÂMBITO DO STJ**

#### **3.1 Aspectos gerais**

Tal como ocorreu com o Supremo Tribunal Federal, não demorou para que o Superior Tribunal de Justiça, embora recentemente criado, se visse assoberbado por uma quantidade assustadora de processos, inviabilizando que a prestação jurisdicional se desse em tempo razoável.

Segundo dados constantes da página oficial do Superior Tribunal de Justiça na internet, no ano de sua instauração foram distribuídos pouco mais de 6 mil processos aos 33 ministros integrantes daquele Tribunal. Um ano depois, esse número alcançava a casa dos 14 mil, para ultrapassar os cem mil apenas uma década depois. Ao completar vinte anos, a quantidade de feitos distribuídos chegou ao inacreditável número de 300.000 (trezentos mil).

É dentro desse contexto e na esteira das importantes inovações trazidas pela chamada reforma do Poder Judiciário, que surgiu em nosso ordenamento jurídico a Lei n. 11.672/2008, mais conhecida como Lei dos Recursos Repetitivos, editada com o objetivo de desafogar o Superior Tribunal de Justiça e assegurar a prestação jurisdicional de forma célere.

As balizas do novo instituto foram delineadas pelo item 2 da Exposição de Motivos 40, do Ministério da Justiça, de 5.4.2007, segundo o qual “sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária a alteração do sistema processual brasileiro com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.”

Ainda segundo a justificativa do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, a lei “inspirava-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06 que criou mecanismo



simplificando o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal”.

Assim, o artigo 543-C do Código de Processo Civil foi acrescentado pela Lei nº 11.672/2008 com o seguinte teor:

Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§ 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo.

O Ministro Athos Gusmão Carneiro, idealizador dessa importante reforma da Lei Adjetiva Civil, observa:

Pela nova sistemática, não mais serão remetidos ao STJ centenas, milhares de recursos especiais que versem a mesma questão de direito, obrigando a Corte a julgamentos ‘por atacado’, de inconveniência óbvia. Assim, em ocorrendo uma ‘multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito’, o Presidente do Tribunal de origem admitirá apenas um ou mais recursos representativos da controvérsia, e determinará que os demais tenham seu andamento sobrestado, no aguardo de manifestação do Superior Tribunal de Justiça. O recurso ‘piloto’ será julgado com preferência

sobre todos os demais feitos, (exceto os que envolvam réu preso e os *habeas corpus* (CARNEIRO, 2008, p. 83).

### 3.2 O Rito da Lei nº 11.672/2008

Nos termos do § 1º do artigo 543-C, compete ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo daquela Corte.

De acordo com o § 2º do artigo 543-C, quando o presidente do tribunal de origem não adotar a providência prevista no § 1º “caberá ao relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.”

Assim, o próprio relator do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, identificando a existência de multiplicidade de recursos sobre a controvérsia em relação à qual já existe jurisprudência dominante no âmbito daquela Corte ou que a matéria já está afeta ao Colegiado competente, poderá ele mesmo determinar a suspensão dos feitos perante os tribunais de segunda instância para fins de aplicação da Lei n. 11.672/2008.

Na prática, essa alternativa tem sido bastante utilizada no Superior Tribunal de Justiça, que, antecipando-se aos tribunais de segunda instância, têm determinado a aplicação da lei de recursos repetitivos até mesmo como uma forma de evitar que processos versando sobre a mesma questão de direito já submetida ao seu exame possam continuar sendo remetidos àquela Corte.

No parágrafo 4º do aludido dispositivo, há interessante regra no sentido de permitir ao relator perante o Superior Tribunal de Justiça, admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

Essa previsão justifica-se em razão da repercussão que determinado julgamento poderá ter em relação não apenas às partes diretamente interessadas, mas no estabelecimento de importante precedente acerca de determinada matéria.

Com a manifestação das partes interessadas e após vista ao Ministério Público pelo prazo de quinze dias, o relator examinará o “recurso piloto” e pedirá sua inclusão em pauta na Seção ou Corte Especial, sendo remetidas aos demais integrantes do colegiado cópias do relatório.

O Ministro Athos Carneiro destaca um aspecto relevante em relação ao § 6º do artigo 543-C do Código de Processo Civil:

Como se trata de ‘recurso piloto’, e considerada a finalidade de unificação da jurisprudência no STJ e de orientação aos tribunais de segundo grau, o julgamento não será feito na Turma, mas sim será competente, em se cuidando de matéria sob especialização, a respectiva Seção; em se tratando de matéria de incidência geral, o julgamento será feito em Corte Especial (CARNEIRO, 2008, p. 84)

De acordo com o § 7º do dispositivo em comento, após realizado o julgamento do recurso repetitivo e fixada a orientação pelo Superior Tribunal de Justiça, com a publicação do respectivo acórdão, os demais recursos repetitivos sobrestados na origem:

- a) terão seguimento denegado quando o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ;
- b) serão novamente examinados pelo Tribunal de origem na hipótese de a decisão recorrida divergir da orientação do STJ.

Comentando especificamente essa hipótese, o Ministro Athos Carneiro chama a atenção para um equívoco técnico cometido pelo legislador:

Nota-se, no art. 543-C, § 7º, um equívoco de ordem técnica: o texto menciona que os ‘recursos especiais sobrestados na origem (...) II – serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça’. Ora, os próprios recursos especiais não podem por evidentes motivos, ser novamente examinados pelo tribunal de origem (que os não examinou...) e que, aliás, para tanto seria constitucionalmente incompetente. O mandamento legal é, em verdade, no sentido de que o tribunal prolator do acórdão divergente da orientação do STJ proceda a um juízo de retratação, novamente examinando o recurso ordinário e podendo, visto que livre a vontade do juiz, operar ou não a reconsideração do julgado. Se o mantiver, o recurso especial subirá ao STJ, uma vez satisfeitos os pressupostos de admissibilidade (CARNEIRO, 2008, p. 85)

Essa mesma observação é feita por J.E. Carreira Alvim, *verbis*:

O mesmo não se pode dizer, porém, da exegese do inciso II do § 7º do art. 543-C, quando o acórdão recorrido, objeto do recurso especial sobrestado, divergir da orientação do STJ. Nesse caso, o recurso especial não será novamente examinado pelo tribunal de origem, como diz o preceito, pelo

simples fato de não ter havido, ainda, juízo de admissibilidade justo em virtude do sobrestamento; mas será examinado pela primeira vez, em virtude do *leading case* -, mas esse exame não impõe, necessariamente, a admissão do recurso sobrestado, pois o juízo de admissibilidade que se fizer pode ser negativo, se faltar um dos requisitos legais, como, por exemplo, não ter havido o prequestionamento. Se houver a apontada divergência, e o juízo de admissibilidade for positivo, subirá o recurso especial, para exame do STJ (ALVIM, 2008, p. 180).

Ainda sobre o aludido dispositivo, anote-se precisa abordagem feita por Bernardo Pimentel Souza:

Se, entretanto, os acórdãos recorridos estiverem em divergência com o paradigma proferido pela seção especializada ou pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, as turmas e câmaras julgadores dos próprios tribunais de origem têm competência para a retratação dos respectivos acórdãos recorridos, à vista do efeito regressivo inserto no artigo 543-C, § 7º, inciso II, do Código de Processo Civil. Sem dúvida, à vista do efeito de retratação que a Lei nº 11.672 conferiu ao recurso especial, os acórdãos recorridos podem ser reconsiderados perante os próprios tribunais de origem, sem a necessidade de remessa de centenas (quicá milhares!) de autos de recursos especiais repetitivos ao Superior Tribunal de Justiça.

Se as Turmas e câmaras dos tribunais de origem, no entanto, proferirem juízo negativo de retratação e prestigiarem os respectivos acórdãos recorridos, a despeito de serem contrários ao paradigma da seção especializada ou da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais repetitivos até então sobrestados devem ser processados, com a imediata realização do juízo de admissibilidade pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de origem (cf. artigo 543-C, § 7º, inciso II, e §8º, do Código de Processo Civil).

Admitidos os recursos especiais repetitivos no tribunal de origem, os autos devem ser enviados ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de que sejam julgados pelo ministro-presidente, por meio de decisão monocrática, conforme cf. Resolução nº 8/2008 (PIMENTEL, 2009, p. 862-863)

E é precisamente sob este aspecto, que adiante será melhor examinado, que o procedimento dos Recursos Repetitivos se diferenciada da Súmula Vinculante, na medida em que por determinação do próprio texto legal, os Tribunais de origem não estão obrigados a seguir a orientação traçada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso paradigmático.

Dessa forma, caso os órgãos julgadores dos Tribunais de origem optem por não se retratarem, será examinada a admissibilidade dos recursos especiais que haviam sido sobrestados e, caso admitidos, serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

Ainda sobre o juízo de retratação que deverá ser exercido pelos Tribunais de Segundo grau após o julgamento do recurso representativo da controvérsia pelo Superior Tribunal de Justiça, a Corte Especial, em questão de ordem suscitada pelo

Ministro Aldir Passarinho Junior ao apreciar o Recurso Especial nº 1.148.726/RS, assentou a compreensão de que “quando a lei fala em ‘novamente examinar’, não se há de entender a mera confirmação, automática, de uma tese já rejeitada pela Corte Nacional **ad quem**, porém, minimamente, uma nova apreciação, fundamentada, da matéria, o que implica, na hipótese de ainda se sufragar o entendimento oposto ao já uniformizado pela STJ, na exposição de argumentação em contrário, rebatendo, objetivamente, as conclusões aqui firmadas.”

### 3.3 A Resolução nº 8 do Superior Tribunal de Justiça

Com o objetivo de estabelecer os procedimentos relativos ao processamento e julgamentos dos recursos repetitivos, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça fez editar a Resolução nº 8, de 7 de agosto de 2008, cujo teor é o seguinte:

Art. 1º Havendo multiplicidade de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido (CPC, art. 541) admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando os demais suspensos até o pronunciamento definitivo do Tribunal.

§ 1º Serão selecionados pelo menos um processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.

§ 2º O agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso.

§ 3º A suspensão será certificada nos autos.

§ 4º No Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais de que trata este artigo serão distribuídos por dependência e submetidos a julgamento nos termos do art. 543-C do CPC desta Resolução.

Art. 2º Recebendo recurso especial admitido com base no artigo 1º, caput, desta Resolução, o Relator submeterá o seu julgamento à Seção ou à Corte Especial, desde que, nesta última hipótese, exista questão de competência de mais de uma Seção.

§ 1º A critério do Relator, poderão ser submetidos ao julgamento da Seção ou da Corte Especial, na forma deste artigo, recursos especiais já distribuídos que forem representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos.

§ 2º A decisão do Relator será comunicada aos demais Ministros e ao Presidente dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, conforme o caso, para suspender os recursos que versem sobre a mesma controvérsia.

Art. 3º Antes do julgamento do recurso, o Relator:

I — poderá solicitar informações aos tribunais estaduais ou federais a respeito da controvérsia e autorizar, ante a relevância da matéria, a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, a serem prestadas no prazo de quinze dias.

II — dará vista dos autos ao Ministério Público por quinze dias.

Art. 4º Na Seção ou na Corte Especial, o recurso especial será julgado com preferência sobre os demais, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

Parágrafo único: A Coordenadoria do órgão julgador extrairá cópias do acórdão recorrido, do recurso especial, das contra-razões, da decisão de admissibilidade, do parecer do Ministério Público e de outras peças indicadas pelo Relator, encaminhando-as aos integrantes do órgão julgador pelo menos 5 (cinco) dias antes do julgamento.

Art. 5º Publicado o acórdão do julgamento do recurso especial pela Seção ou pela Corte Especial, os demais recursos especiais fundados em idêntica controvérsia

I — se já distribuídos, serão julgados pelo relator, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil;

II — se ainda não distribuídos, serão julgados pela Presidência, nos termos da Resolução n. 3, de 17 de abril de 2008.

III — se sobrestados na origem, terão seguimento na forma prevista nos parágrafos sétimo e oitavo do artigo 543-C do Código de Processo Civil.

Art. 6º A coordenadoria do órgão julgador expedirá ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado na forma desta Resolução.

Art. 7º O procedimento estabelecido nesta Resolução aplica-se, no que couber, aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 8 de agosto de 2008 e será publicada no Diário de Justiça eletrônico, ficando revogada a Resolução nº 7, de 14 de julho de 2008.

Aludido regramento buscou disciplinar a aplicação, passo a passo, da Lei dos Recursos Repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, tal como determinado no § 9º do artigo 543-C do Código de Processo Civil.

O regulamento editado pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, contudo, não ficou livre de críticas.

Rogério Licastro Torres de Melo destaca os seguintes equívocos na regulamentação da Lei de Recursos Repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça:

O § 1º do art. 543-C do CPC, inserido em nossa codificação processual civil por força da Lei 11.672/2008, estabelece que: 'Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça'.

Na regra em espécie, proveniente de lei federal modificadora do CPC, não se impõe ao tribunal local qualquer requisito ou condição nesse processo de seleção de recursos especiais em trâmite na origem e que seriam representativos de controvérsia objeto dos recursos repetitivos.

Ao regulamentar, em termos procedimentais, predito § 1º do art. 543-C do CPC, o art. 1º da Resolução 8 parece-nos haver extrapolado o conteúdo da norma regulamentada, na medida em que instituiu um requisito numérico (um recurso por relator no tribunal de origem) para fins de seleção dos recursos que serão remetidos ao STJ.

O tom imperativo deste trecho da Resolução ('serão selecionados pelos menos um processo de cada relator...'), além de criar uma condição não



prevista na Lei 11.672/2008, pode ser simplesmente impraticável: como funcionaria esta regra em hipóteses de tribunais locais multitudinários (centenas de desembargadores, como ocorre nos tribunais dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul), nos quais nem todos os desembargadores poderão ter sob sua competência recursos em que tenha sido ventilada a questão jurídica repetitiva?

Quer-nos parecer, diante de tais circunstâncias, que o conteúdo do § 1º do art. 1º da Resolução 8/2008 do STJ, ao contrário de ser uma regra de caráter cogente, deve ser lido como mera recomendação, aconselhamento ou proposto de seleção de recursos especiais repetitivos na origem, dado que, se a própria Lei 11.672/2008 não estipulou tais condições (um recurso de cada relator na origem), não poderia fazê-lo a espécie regulamentadora (a resolução), sob pena de indevida extrapolação da norma regulamentadora, e conseqüente violação ao art. 22, I, da CF/88.

Parece-nos indubitável, outrossim, que o conteúdo da Resolução 8 do STJ neste particular (estabelecimento da condição de que seja 'pinçado' um recurso de cada relator na origem em casos de questões repetitivas), não consiste em disposição meramente procedimental: muito além de dispor sobre a forma como se dará a seleção (por exemplo, eleger-se na origem recursos com fundamentação mais ampla, o que seria correto a nosso ver), está-se a estabelecer um requisito que simplesmente não consta da lei regulamentadora, instituindo-se um estreitamento de caráter processual no que toca à seleção de recursos especiais na origem, e não apenas acerca da forma como se dará tal seleção. (MELLO, 2008, p. 192-193).

O artigo 7º da Resolução 8/2008, determinando que o procedimento estabelecido nesta Resolução aplica-se, no que couber, aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial, é também questionado por Rogério Licastro Torres de Mello com base nessas considerações:

De plano, percebe-se que o âmbito de incidência da Lei 11.672/2008 é clara, expressa e unicamente a dos recursos especiais, e a letra do art. 543-C do CPC não permite outra conclusão que não esta, parecendo-nos absolutamente indevida sua ampliação a outros recursos, ou mesmo a recursos especiais que se encontrem em outro estágio de tramitação que não o da admissibilidade nos tribunais locais.

Observe-se que já no texto da natimorta Resolução 7 do STJ, em que primeiramente se tentou regulamentar o art. 543-C do CPC, constava de maneira hipertrofiada este transbordamento regulamentador: naquela resolução, intentou-se ampliar o mecanismo dos recursos repetitivos aos feitos de primeiro grau e às apelações (confira-se o próprio art. 12 daquela Resolução n. 7), permitindo-se seu sobrestamento, o que consistiria em autêntico despautério jurídico.

A constatação exposta nos parágrafos acima (de que expresso objetivo) da Lei 11.672/2008 (seriam os recursos especiais), aliás, vem registrada na própria exposição de motivos do projeto do qual gerada a predita Lei 11.672/2008, em que menciona às expressas a iniciativa do processualista Athos Gusmão Carneiro de reduzir e racionalizar a atividade jurisdicional do STJ no tocante a matérias que repetidamente ascendem (ou possam ascender), em sede de recurso especial, a esta Corte.'

Nesse passo, e diante do texto estreme de dúvidas da Lei 11.672/2008, não nos parece adequado se estender sua aplicabilidade a outros recursos que não os especiais, como equivocadamente o faz o art. 7º da Resolução 8/2008 do STJ.

Em dito art. 7º da Resolução, consta que poderiam ser objeto da disciplina de recursos repetitivos os 'agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial.'

O primeiro óbice que está a impedir a extensão da Lei 11.672/2008 a outros recursos que não os especiais é de natureza interpretativa: tal lei, como já afirmamos neste artigo, é expressa ao circunscrever sua incidência aos recursos especiais (**caput** e § 1º do art. 543-C do CPC), e não se afigura admissível que uma resolução de tribunal extrapole os ditames da espécie normativa que pretenda regulamentar, dispondo, inclusive, sobre matérias de natureza processual, o que, como vimos, é inconstitucional ao colidir frontalmente com o disposto no art. 22, I, da CF/88.

A propósito, cremos ser de natureza evidentemente processual (e aqui reside o problema acerca da constitucionalidade do art. 7º da Resolução 8/2008 do STJ) qualquer disposição normativa procedimental de tribunal que estabeleça qual ou quais recursos estariam suscetíveis à tramitação prevista na Lei 11.672/2008, especialmente porque esta já foi clara ao dispor que apenas e tão-somente os recursos especiais estão sob sua égide. Se nessa legislação comanda-se que somente os recursos especiais interpostos (e nos quais versada matéria jurídica tida por repetitiva) estariam sujeitos aos seus ditames, não é dado a qualquer resolução regulamentadora escapar a tais limites.

Ampliar a aplicação do trâmite disposto no art. 543-C do CPC para além dos recursos especiais é criar algo que não consta em lei processual, mediante hipertrofia gerada por norma regulamentadora editada no âmbito de um tribunal.

A propósito, reiteramos a ponderação que fizemos em trecho introdutório deste despretenso artigo: até nos parece razoável que o sistema de processamento dos recursos especiais repetitivos deva se estender a outras espécies recursos que possam ascender ao STJ, de modo a tornar mais razoável a atuação deste Tribunal; o que não podemos admitir, contudo, é que se faça tabula rasa de elementares preceitos de competência legislativa e se pretenda estabelecer disciplinar, em sede de mera regulamentação de tribunal, não prevista na própria lei processual sob regulamentação (MELLO, 2008, p. 193-195).

Em nossa ótica, são ponderáveis os argumentos que questionam os dispositivos da Resolução nº 8/2008, do Superior Tribunal de Justiça, notadamente aqueles que colocam em dúvida a possibilidade do aludido ato regulamentador ter extrapolado os limites previstos na própria Lei nº 11.672/2008, circunstância que poderá determinar àquela Corte a revisão da matéria.

No ponto, é importante lembrar que a regulamentação do artigo 543-C do Código de Processo Civil não é tarefa exclusiva do Superior Tribunal de Justiça, pois nos exatos termos de seu § 9º, caberá a cada tribunal de segunda instância, nos limites de sua competência, disciplinar os procedimentos relativos ao processamento e julgamento dos recursos especiais repetitivos.



## 4. ASPECTOS CONTROVERTIDOS NA APLICAÇÃO DA LEI DE RECURSOS REPETITIVOS

### 4.1 A importância da escolha do recurso paradigmático

De forma quase unânime, os primeiros doutrinadores que se propuseram a discorrer sobre a Lei dos Recursos Repetitivos chamam atenção para um aspecto considerado fundamental para o êxito do novo procedimento, vale dizer, a importância da escolha do recurso paradigmático que será submetido ao crivo do Superior Tribunal de Justiça.

A problemática foi suscitada por Fábio Martins de Andrade em interessante artigo intitulado “Procedimento para o julgamento de Recursos Repetitivos no Âmbito do STJ – Anotações à Lei 11.672/2008”:

Uma questão jurídica que poderá surgir na aplicação do procedimento estabelecido pela Lei nº 11.672/08 refere-se à discricionariedade conferida ao presidente do tribunal de origem na escolha dos ‘recursos representativos da controvérsia.’ De fato, que critérios deverá utilizar na seleção, admissão e remessa dos ‘recursos representativos da controvérsia?’.

Possivelmente, estes critérios serão cristalizados na experiência jurisprudencial do próprio STJ. Contudo, um bom ponto de partida poderia ser o estabelecimento de normas regimentais, seja gerais quando emanadas do STJ, seja específicas quando emanadas dos respectivos tribunais de origem, na forma do parágrafo 9º do art. 543-C do CPC.

Ademais, indagação que poderá surgir diz respeito à amplitude desta seleção levada a cabo pelo presidente do Tribunal de origem. Ele se limitará a remeter recursos que efetivamente se fundamentem em ‘idêntica questão de direito’ ou procederá de maneira mais ampla e remeterá recursos que contenham diferentes argumentos (teses jurídicas em sentido estrito) sobre a mesma matéria **sub judice**?

No primeiro caso, ter-se-ia a restrição forçada da atividade do STJ, isto é, seria uma espécie de minimalismo judicial imposta pelo presidente do tribunal de origem e pelo qual a Corte se limitaria a examinar apenas a questão jurídica controvertida.

No segundo caso, a hipótese seria inversa, ou seja, abrir-se-ia campo para um possível ativismo judicial no qual a Corte poderia entregar de maneira ampla a prestação jurisdicional pleiteada. Aqui, não seria apenas a tese jurídica em sentido estrito que seria examinada, mas toda a matéria *sub judice*.

Assim, o julgamento pode servir para definir certa questão jurídica controvertida ou para pacificar a orientação em torno de determinada matéria *sub judice*. De qualquer maneira, é possível que a experiência jurisprudencial do próprio STJ estabeleça alguns parâmetros que deverão ser utilizados pelos presidentes dos Tribunais de origem na escolha, admissão e remessa dos recursos representativos da questão jurídica controvertida.

Pela intenção declarada de ‘assegurar que todos os argumentos seja levados em conta no julgamento dos recursos selecionados’, tal como explicitado na exposição de motivos do projeto, parece que objetiva alcançar preferencialmente a matéria *sub judice*.

Alem disso, como a seleção, admissão e remessa dos ‘recursos representativos da controvérsia’ são realizadas pelo presidente do tribunal de origem, então significa que vários recursos poderão subir ao STJ, desde que oriundos de diferentes tribunais (ANDRADE, 2008, p. 19-20).

Luiz Rodrigues Wambier e Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos, em artigo publicado sob o título de “Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ) nos processos coletivos”, observam que:

Em seu artigo 1º, §1º, a Resolução 8 do STJ (repetindo a disposição da Resolução 7) assim estabelece: ‘Serão selecionados, pelo menos 1 (um) processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumento no recurso especial’ (grifamos). No § 2º do mesmo artigo, esclarece-se que se levará em consideração apenas ‘questão central discutida’.

Tem-se, assim, de forma objetiva, os critérios de escolha na Presidência dos tribunais locais. Era mesmo esperado que se dissesse que os recursos selecionados deveriam conter o maior número de fundamentos, para proporcionar a mais plena compreensão da questão de direito neles versada.

Como dissemos linhas acima, devem ser selecionados os recursos que melhor retratarem a questão discutida, independentemente de as decisões recorridas serem num mesmo sentido. Evidentemente, havendo acórdãos em cada um dos sentidos, pois a simples existência de decisões antagônicas no âmbito dos tribunais locais já traduz a diversidade de fundamentos a justificar a análise e julgamento pelo Tribunal Superior. Espera-se, portanto, que sejam encaminhados ao STJ os recursos que permitam, tanto quanto possível, o conhecimento completo da controvérsia estabelecidas nas instâncias ordinárias (WAMBIER/VASCONCELOS, 2008, p. 32-33).

A par dessas considerações, de nossa parte entendemos como de fundamental importância que os Tribunais de origem tenham extrema cautela quando do juízo de admissibilidade a ser proferido no recurso especial escolhido como paradigmático da controvérsia.

Essa preocupação se justifica na medida em que vários recursos especiais submetidos ao rito da Lei nº 11.672/2008 têm o seu seguimento negado, com aplicação do artigo 557 do Código de Processo Civil, em razão de não atenderem aos pressupostos de admissibilidade previstos na legislação de regência.

A propósito, apontamos recente decisão da lavra do Ministro Herman Benjamin, publicada no DJe de 16/9/2009, do seguinte teor:

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado:

'CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUALCIVIL. DEMANDA QUE ADQUIRIU FEIÇÕES DE CARÁTERCONTENCIOSO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO REJEITADA.PIS. PEDIDO DE LEVANTAMENTO. ESTADO DE PENÚRIA DO TITULAR. SITUAÇÃO NÃO PREVISTA EXPRESSAMENTE NA LC 07/70. SAQUE. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. *In casu*, a presente *actio*, ao longo do seu trâmite, adquiriu feições de cunho contencioso, tendo a recorrente se insurgido contra o pedido inicial através de sua contestação. Preliminar de carência de ação que se rejeita.

2. Em que pese o fato de que a hipótese dos autos não esteja prevista, de forma expressa no § 1º e 2º do art. 9º da Lei Complementar 7/70, que instituiu o PIS, tenho que, o não acolhimento do pleito trazido à exordial configuraria formalismo legalista extremado, rejeitado pelo nosso ordenamento jurídico pátrio.

3. Apelação improvida.

A recorrente alega violação do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar 26/1975.

Não foram apresentadas as contra-razões.

O Tribunal de origem admitiu o Recurso Especial, propondo o julgamento no rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC).

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete nesta data.

Verifico que o recurso não ultrapassa a barreira da admissibilidade.

Com efeito, o Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia com base nos seguintes motivos: a) exercício da atividade integradora pelo Poder Judiciário, o qual não pode interpretar a lei exclusivamente pelo método literal, mas, sim, com base nos fins sociais a que ela se destina; b) prevalência dos valores prestigiados no âmbito constitucional (direito à saúde e aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana).

A recorrente, porém, não enfrentou o primeiro fundamento. Ademais, não interpôs Recurso Extraordinário para questionar a matéria constitucional.

Incidência, respectivamente, das Súmulas 283/STF e 126/STF.

Diante do exposto, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao Recurso Especial.

Oficie-se ao Tribunal de origem, dando-lhe ciência de que o presente recurso não foi submetido ao regime do art. 543-C do CPC.

*In casu*, verifica-se que embora o recurso especial tenha sido admitido pelo Tribunal de origem com base no rito da Lei nº 11.672/2008, subindo os autos ao Superior Tribunal de Justiça o relator detectou que o apelo sequer ultrapassava o juízo de admissibilidade, sendo reconhecida a sua inadequação como recurso representativo da controvérsia.

Em pesquisa realizada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, percebe-se que essa hipótese tem sido bastante frequente, valendo conferir, dentre outros, os seguintes precedentes: REsp nº 1.109.683/RJ, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 24/9/2009; REsp nº 1.112.558/AL, Relator o Ministro Aldir Passarinho Junior, Dje de 27/5/2009; REsp nº 1.111.272/SP, Relator o Ministro Felix Fischer, Dje de 17/4/2009; REsp nº 1.110.537/PE, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, Dje de 27/8/2009; REsp nº 1.113.319/DF, Relator o Ministro Teori Albino Zavascky,

DJe de 27/5/2009 e REsp nº 1.102.537/PE, Relatora a Ministra Denise Arruda, Dje de 19/2/2009.

Ainda nesse sentido, destacamos esclarecedor precedente em questão de ordem suscitada pela Ministra Nancy Andrighi do Superior Tribunal de Justiça:

Civil. Processo civil. Recurso especial representativo de controvérsia (art. 543-C, § 1º, do CPC). Questão de ordem. Reconhecimento, pelo Tribunal de Justiça, da existência de multiplicidade de recursos com o mesmo tema. Envio do processo ao STJ, com suspensão das demais ações semelhantes. Desenvolvimento da disciplina relativa ao julgamento dos recursos repetitivos, a partir do quanto já estabelecido no Resp nº 1.061.530/RS.

No curso do julgamento do Resp nº 1.061.530/RS, a 2ª Seção decidiu que não é possível o estabelecimento de tese jurídica vinculativa quando o recurso especial não puder ser admitido naquele particular. Assim, entendeu-se que, para os efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade.

Na presente hipótese, verifica-se que o recurso especial selecionado não pode ser conhecido, em face do óbice da Súmula nº 284/STF. Percebe-se, portanto, que nem todo processo remetido ao STJ a partir do reconhecimento, pelas instâncias ordinárias, da existência de representatividade de controvérsia poderá ser realmente julgado nos termos do art. 543-C do CPC.

Muito embora o art. 2º da Resolução nº 8, de 7/08/2008, indique ser o julgamento dos processos desta natureza sempre de competência das Seções ou da Corte Especial, estes órgãos teriam desvirtuada sua natureza de unificadores de jurisprudência se os Ministros Relatores fossem obrigados a levar todos os processos repetitivos em pauta, ainda quando estes sejam notadamente inadmissíveis. Tais órgãos de sobreposição devem ficar vinculados apenas ao exame do mérito dos temas afetados.

Questão de ordem acolhida para estabelecer que o art. 2º da Resolução nº 8, de 07.08.2008, aplicar-se-á aos recursos representativos de controvérsia que, de acordo com o entendimento do Ministro Relator, superem a fase de admissibilidade recursal e sejam admitidos para julgamento de mérito. Verificada a hipótese de não conhecimento do recurso, está autorizado o Ministro Relator a julgá-lo de acordo com o art. 557 do CPC, ou na forma colegiada. Oficie-se ao TJ/MS a respeito da não instauração do procedimento repetitivo, para que sejam adotadas as providências de estilo. (Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.087.108/MS Segunda Seção. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Dje de 16.2.2009).

Assim, como bem observou a Ministra Nancy Andrighi, nem todo processo selecionado pelos tribunais de origens como representativo da controvérsia poderá ser julgado pelo STJ com base no rito previsto na Lei nº 11.672/2008, máxime quando o apelo escolhido não ultrapassar os requisitos de admissibilidade próprios do recurso especial.

Essa constatação reforça a necessidade de que os tribunais de origem devam proceder com extremo rigor ao elegerem os recursos representativos da

controvérsia, tendo em conta principalmente o fato de que os demais recursos permanecerão sobrestados em atendimento ao comando expresso da lei processual.

## 4.2 Sobrestamento indevido

Outro aspecto que merece ser enfocado diz respeito à possibilidade do tribunal de origem determinar o sobrestamento de recurso que contenha peculiaridade que o diferencie do apelo paradigmático.

Nessa circunstância, qual o instrumento processual a ser utilizado para que a parte possa ver o seu recurso submetido a regular juízo de admissibilidade e posterior remessa ao Superior Tribunal de Justiça?

Examinando essa situação, o Ministro Athos Gusmão posiciona-se no seguinte sentido:

Pergunta-se? qual a conduta passível de ser adotada pela parte que haja interposto o recurso suspenso, caso o considere fundado em questão de direito não identificável com aquela questão de direito versada no recurso 'piloto? Parece-nos deve o recorrente pedir reconsideração à Presidência do Tribunal de segundo grau, cabendo-lhe no azo de demonstrar a diversidade de situações jurídicas, rogando assim a retirada de seu apelo do rol dos sobrestados. Se o Presidente do tribunal de origem mantiver o sobrestamento, o recorrente terá de aguardar a decisão do STJ, ressalvada evidentemente a faculdade de, se for caso, pleitear medidas cautelares a fim de prevenir eventual dano decorrente da demora. Caso seu recurso venha por fim a ser considerado como prejudicado, e portanto com seguimento denegado, poderá interpor agravo de instrumento ao STJ (CPC, art. 544), e nesta oportunidade a ele incumbirá comprovar a distinção antes desconsiderada Carneiro (CARNEIRO, 2009, p. 85-86).

O tema também é abordado por Luiz Rodrigues Wambier e Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos nestes termos:

A primeira grande questão que se põe à nossa reflexão diz respeito à identificação de questões substancialmente idênticas. Pode ocorrer que se dê a suspensão indevida de recurso que não trata exatamente da mesma questão de direito. Em que pese essa possibilidade concreta, e de sua potencialidade para causar dano à parte, não prevê a lei qualquer mecanismo processual de impugnação às decisões dos presidentes dos tribunais de origem. Do mesmo modo há omissão na Res. STJ 8, de 7/8/2008, que trata dos procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos.

Havendo omissão na Lei 11.672/2008, está-se diante de situação análoga à das decisões que aplicam o regime de retenção aos recursos especial e extraordinário, previsto no art. 542, § 3º, do CPC. Assim, é razoável que para a hipótese se adotem as mesmas soluções para obter o processamento imediato desses recursos, que oscilam na doutrina e na jurisprudência entre uma simples petição, ação cautelar e agravo de

instrumento ao STJ. Evidentemente, a aplicação indevida do regime de retenção seria tão lesiva quanto negar seguimento aos recursos. Não é sem propósito mencionar que, também em relação à situação da suspensão indevida dos recursos dirigidos ao STJ, poderia incidir quanto aos mecanismo de impugnação às decisões dos presidentes dos tribunais de origem, o princípio da fungibilidade, aplicável nos casos de retenção indevida dos recursos especial e extraordinário (WAMBIER, 2008, p. 33-34).

Tal como alertam os referidos doutrinadores, à parte que tenha o seu recurso indevidamente sobrestado em razão da aplicação da Lei dos Recursos Repetitivos devem ser assegurados meios para que o seu apelo especial seja submetido a regular juízo de admissibilidade, não obstante a ausência de previsão tanto na própria Lei nº 11.672/2008, quanto na Resolução nº 8/STJ.

Nesse sentido, a adoção de soluções semelhantes àquelas a que jurisprudência tem emprestado para a hipótese do artigo 543, § 3º, do CPC, se mostra como melhor alternativa.

Outra interessante questão a respeito do tema, diz com a abrangência da decisão tomada pelo Tribunal de origem que determina o sobrestamento dos demais recursos que versem sobre o tema objeto do apelo escolhido como representativo da controvérsia.

Examinando a questão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a decisão proferida por autoridade local não pode ter eficácia nacional de forma a determinar a suspensão de processos semelhantes em todo o território nacional, providência que de acordo com o artigo 543-C do Código de Processo Civil somente pode ser determinada pelo próprio STJ.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSO CIVIL. RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA AUTORIDADE DE DECISÃO DO STJ. INADMISSIBILIDADE. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE SUSPENDE TRAMITAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL DIANTE DO QUE DETERMINA O ART. 543-C, §1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE DECISÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO DO STJ.

O presidente do tribunal de origem pode determinar o processamento do recurso especial sob o rito do art. 543-C do CPC e, consequentemente, suspender a tramitação dos outros recursos que versem sobre o mesmo tema.

O STJ exerce um papel de controle sobre essa decisão, ou seja, detém o poder de revê-la. Como sempre ocorreu no regime jurídico do recurso especial, no julgamento por amostragem também há um duplo juízo, não só sobre a admissibilidade, mas sobre o próprio caráter exemplificativo do recurso. Caso negue seguimento ao recurso representativo da controvérsia ou entenda que na verdade ele não a representa, o STJ deverá comunicar



tal fato ao tribunal de origem, para que cesse a suspensão dos processos que versem sobre mesmo tema. Precedente.

A decisão proferida por autoridade local não pode ter eficácia nacional de forma a determinar a suspensão de processos semelhantes em todo o país. A adoção de entendimento contrário ofenderia o pacto federativo. Além disso, o parágrafo 9º do art. 543-C do CPC deixa claro que 'o Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo'.

Se o STJ, ao apreciar os recursos representativos da controvérsia, não estende a suspensão, para atingir os recursos advindos de todos os demais tribunais em território nacional, nada impede o contínuo julgamento desses processos. Embora se deva reconhecer que esta é uma situação indesejável, porque coloca em situação dispar os jurisdicionados, ela não é ilegal.

Se não há decisão cuja autoridade exija garantia e se não existe ameaça à competência do STJ, é certo que não se está diante da hipótese constitucional para o cabimento da reclamação.

Petição inicial liminarmente indeferida, com extinção do processo, sem exame do mérito. (Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.087.108/MS Segunda Seção. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Dje de 16.2.2009).

### 4.3 A desistência e o Recurso Repetitivo

Ainda no campo das questões controvertidas, que envolvem a aplicação da Lei nº 11.672/2008, merece relevo apresentar um caso concreto que foi submetido a julgamento na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

No julgamento dos Recursos Especiais 1.058.114/RS e 1.063.343/RS estabeleceu-se controvérsia acerca de ser possível o deferimento do pedido de desistência em recurso que foi processado com base no rito na Lei nº 11.672/2008 e incluído na pauta de julgamento.

A relatora dos aludidos feitos perante à Segunda Seção, Ministra Nancy Andrighi, ao suscitar questão de ordem, anotou que tem sido prática recorrente nos tribunais superiores o pedido de desistência às vésperas de importantes julgamentos, principalmente após o advento da Lei nº 11.418/2006, que criou o mecanismo da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal e da Lei dos Recursos Repetitivos.

Após intenso debate, a Segunda Seção, por maioria de votos, decidiu submeter o assunto à apreciação dos integrantes da Corte Especial do Superior

Tribunal de Justiça, já que se tratava de matéria comum a todas as seções que integram àquele Tribunal.

As posições variavam desde aqueles que consideravam plenamente possível a homologação do pedido de desistência (Ministros Fernando Gonçalves e João Otávio de Noronha), até aqueles que rejeitavam o pedido de homologação, inclusive com aplicação de penalidade ao advogado que formulou o pedido.

Na oportunidade, segundo divulgado no site de notícias do STJ na internet, o Ministro Massami Uyeda destacou que o pedido de desistência em recurso repetitivo é uma afronta não ao Tribunal, mas à cidadania, dada a relevância do interesse público em detrimento do privado.

Ainda segundo defendeu o Ministro Uyeda, não seria razoável e proporcional que uma pauta seja divulgada e depois haja um pedido de desistência em assuntos que afetam tanta gente. São milhares de casos relativos ao mesmo tema no país e o número de recursos que chegam ao STJ é assombroso.

Submetida a questão de ordem ao crivo da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, acabou sendo vencedora a tese de não ser possível acolher o pedido de desistência em recurso especial repetitivo processado nos termos da Lei nº 11.672/2008, pois deve prevalecer o interesse público – que caracteriza os julgamentos dos recursos especiais repetitivos - sobre o privado.

O Ministro Luiz Fux discorre, de modo percuciente, sobre a impossibilidade de desistência no recurso especial repetitivo já afetado ao órgão julgador, *verbis*:

Esse regime jurídico geral não pode ser aplicado aos recursos repetitivos 'após a afetação' dos mesmos ao órgão que se incumbirá de uniformizar o resultado judicial.

É que a técnica dos recursos repetitivos abarca interesse público indisponível pela vontade das partes.

O escopo da novel técnica é atingir uma multiplicidade de demandas, o que significa o seu espectro transindividual, suficiente por si só para tornar disponível e impossível de desistência o recurso interposto.

A doutrina do processo coletivo, a que pertencem os recursos repetitivos, assenta que na jurisdição transindividual o próprio Poder Judiciário tem interesse jurisdicional no conhecimento do mérito.

Ademais, o processo coletivo tem a sua principiologia própria que informa a axiologia de seus institutos, suprimindo inclusive lacunas da lei, como recomenda a regra de *supra* direito do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como o art. 126 do Código de Processo Civil.

O Princípio da Efetividade Processual nas demandas coletivas assume relevo singular, porquanto nessa modalidade de tutela jurisdicional coletiva visa-se numa só relação processual pacificar o maior número de conflitos



sociais possíveis, mercê da função preventiva de evitar a proliferação dos mesmos, gerando instabilidade social.

Outrossim, a desistência recursal acaso permitida pode ensejar fraude processual, obstando a que a jurisdição cumpra o seu escopo maior, qual o de pacificar e uniformizar as decisões judiciais para causas idênticas.

A defesa da jurisdição, nesse caso, é imanente aos poderes do juiz ínsitos nos arts. 125 e 129 do Código de Processo Civil, aplicável aos órgãos da instância *a quo* quando selecionam os recursos representativos da controvérsia, bem como os relatores dos processos afetados.

Conclusivamente, é forçoso convir que o interesse público que gravita em torno dos recursos repetitivos impede a aplicação literal da regra ínsita no art. 501 do CPC (FUX, 2008, p. 10-11).

#### 4.4 A necessidade de fundamentação da decisão do Tribunal local que exerce o juízo de retratação.

Como vimos anteriormente, os Tribunais de origem não estão obrigados a seguir a orientação traçada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso paradigmático.

O fato de não possuir o chamado efeito vinculante, contudo, não significa dizer que os Tribunais de origem, ao exercerem o juízo de retratação em razão da orientação firmada pelo STJ possam, sem qualquer fundamentação, deixar de aplicar a tese sufragada no julgamento do recurso piloto.

Essa controvérsia foi objeto de questão de ordem suscitada pelo Ministro Aldir Passarinho Junior perante a Corte Especial do STJ, da qual destacamos o seguinte tópico:

A toda evidência, quando a lei fala em “novamente examinar”, não se há de entender a mera confirmação, automática, de uma tese já rejeitada pela Corte Nacional **ad quem**, porém, minimamente, uma nova apreciação, fundamentada, da matéria, o que implica, na hipótese de ainda se sufragar o entendimento oposto ao já uniformizado pelo STJ, na exposição de argumentação em contrário, rebatendo, objetivamente, as conclusões aqui firmadas. (Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.148.726/RS, Corte Especial. Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior).

Realmente, como advertiu o Ministro Aldir Passarinho ao suscitar a aludida questão de ordem, a simples manutenção de entendimento contrário à tese esposada pelo STJ no julgamento do recurso paradigmático, destituída de qualquer fundamentação, está em descompasso com o espírito da Lei de Recursos

Repetitivos, que não é apenas o de sistematizar o julgamento das ditas causas de massa, mas o de prestigiar as decisões da Corte Nacional responsável por uniformizar a aplicação de toda legislação federal infraconstitucional.

No presente estudo, preocupamo-nos em destacar apenas algumas questões que têm surgido na aplicação da Lei 11.672/2008. Por certo, na dinâmica da prática forense outros temas ainda estão por surgir e demandarão análise e reflexão aprofundados por parte dos operadores de direito envolvidos com o novel instituto dos recursos especiais repetitivos.

## 5. RECURSOS REPETITIVOS NO STJ E A COMPARAÇÃO COM OUTROS INSTITUTOS PROCESSUAIS

### 5.1 Recursos Especiais Repetitivos e a Repercussão Geral

De forma breve, propomos traçar um paralelo entre os recursos especiais repetitivos, a repercussão geral prevista nos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil e a Súmula vinculante, esses últimos aplicáveis no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Esses institutos têm como origem comum a Emenda Constitucional nº 45/2004, que erigiu a duração razoável do processo como princípio de natureza constitucional.

Enquanto a repercussão geral e as súmulas vinculantes foram introduzidas por meio de alterações no próprio texto constitucional (artigos 102, § 3º e 103-A, respectivamente), os recursos especiais repetitivos decorreram de modificação prevista por simples lei ordinária (Lei nº 11.672/2008), que alterou a Lei Adjetiva Civil e acrescentou o artigo 543-C do CPC.

Especificamente em relação à repercussão geral, há um traço marcante que lhe diferencia do recurso especial repetitivo, vale dizer, a sua natureza de requisito de admissibilidade.

Com efeito, a repercussão geral da questão constitucional é um requisito de admissibilidade do próprio apelo extraordinário, um verdadeiro filtro para o recurso dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Neste sentido, Nelson Rodrigues Netto afirma:

Como se nota de sua Exposição de Motivos, a inspiração da Lei 11.672/2008 foi a Lei 11.418/2006, que ao inserir os arts. 543-A e 543-B no CPC, disciplinou a repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário, prevista no art. 102, § 3º, da CF/88.

Além de influenciado, o novo diploma reproduz, em boa medida, o conteúdo da lei que regulou a repercussão geral, hipótese qualificada de cabimento do recurso extraordinário, criada pela Emenda Constitucional da Reforma do Judiciário (EC 45/2004).

Todavia, o primeiro ponto que deve ser destacado da atual lei sobre o procedimento de recursos especiais repetitivos é que, ao contrário do que ocorre com o recurso extraordinário, para o recurso especial não foi criado um novo requisito de admissibilidade. A repercussão geral da questão

constitucional é um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, apresentando-se como uma hipótese qualificada de cabimento desta espécie recursal (NETTO, 2008, p. 235-236)

Marco Aurélio Sarau Junior e Silas Mendes dos Reis também buscam evidenciar as principais diferenças entre a repercussão geral e o procedimento do recurso especial repetitivo, valendo conferir o seguinte excerto de seu bem elaborado trabalho, *verbis*:

As inovações estabelecidas na sistemática de trabalho das Cortes Superiores, a partir da Emenda Constitucional 45/2004, impõem que seja feita uma breve comparação entre os novos institutos da repercussão geral e dos recursos especiais repetitivos. Em tal sentido, cumpre delimitar as diferenças entre uns e outros.

Nesse particular, portanto, cabe dizer que o instituto da repercussão geral, de base eminentemente constitucional (dado que oriundo da própria reforma do Judiciário), configura-se essencialmente como filtro dos recursos extraordinários direcionados ao Supremo Tribunal Federal.

O papel das Cortes Superiores desenhados no Capítulo 1, impõe a estes Tribunais, configurados como instâncias especiais, funções específicas, não ordinárias. Não se trata, como vimos, de instâncias recursais comuns, que se poderiam considerar como terceira ou quarta instâncias.

A função das Cortes Superiores, como ficou consignado no Capítulo 1, é uniformizar a interpretação da legislação, definindo-a, no caso do Supremo Tribunal Federal, em particular, compete-lhe a guarda da Constituição Federal.

Nesse rumo, o instituto da repercussão geral foi trazido pela Reforma do Judiciário com o intuito de dar primazia a essa função do Excelso Pretório. Funciona, portanto, como verdadeiro filtro constitucional dos recursos extraordinários que para lá são dirigidos.

A partir da vigência desse novo instituto, nossa Corte Suprema julgará somente aqueles casos dotados de repercussão geral, considerada essa, em linhas gerais, como a transcendência da causa, quer dizer, a importância do feito para além do exclusivo interesse *inter partes*, implicando interesse mais geral, seja econômico, jurídico, moral, social ou político.

O instituto/sistemática processual dos recursos repetitivos, por sua vez, não apresenta essa característica de filtragem.

De regra, todas as matérias tratadas no Direito Federal comum estão sujeitas à apreciação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. A lei não inova nesse aspecto. Qualquer espécie de violação negativa de vigência ou dissídio pretoriano relativo à legislação federa ordinária pode ser enfrentado por meio de recurso especial, desde que atenda, obviamente, aos demais requisitos necessários para seu cabimento.

Essa ampla possibilidade recursiva, todavia, não mais se verifica em relação ao apelo extremo, agora incabível em algumas situações, destacadamente quando inexistente a necessária repercussão geral.

Tornando ao recurso especial repetitivo, por sua vez, verifica-se que não se trata de modalidade de filtro ou barreira para interposição de recursos. Consiste, conforme assinalado ao longo deste trabalho, em mecanismos/sistemática de julgamento em bloco de recursos especiais, voltado, especialmente, à consecução do direito fundamental à celeridade processual e ao aprimoramento da função especial do Superior Tribunal de Justiça (SERAU JUNIOR/MARCO AURELIO, 2009, p. 79-81)

Dessarte, embora guardem semelhanças, principalmente do ponto de vista procedimental, os institutos em comento possuem naturezas distintas, embora ambos estejam voltados ao propósito de racionalizar o trabalho dos tribunais superiores, respectivamente, do STJ e do STF.

## **5.2 Recursos Especiais Repetitivos e a Súmula Vinculante**

Em relação à súmula vinculante, pode-se destacar que o recurso especial repetitivo também tem como objetivo prestigiar a uniformização da jurisprudência, na medida em que o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no “recurso piloto” orientará os Tribunais de segundo grau no julgamento dos recursos sobrestados.

Contudo, há um aspecto previsto na própria lei que introduziu a sistemática dos recursos repetitivos que afasta o caráter vinculante das decisões proferidas pelo STJ no recurso representativo da controvérsia.

Como visto anteriormente, os Tribunais de segundo grau não estão obrigados a seguir a orientação traçada pelo Superior Tribunal de origem, tanto que a lei prevê expressamente a possibilidade de que mantida a decisão tomada em desconformidade com a orientação do STJ, o recurso especial terá o seu regular processamento, restando assim afastar o caráter vinculante da decisão tomada no ‘recurso piloto’.

Como regra geral, contudo, é imprescindível para o sucesso da nova lei que os Tribunais de origem sigam as decisões emanadas do Superior Tribunal de Justiça, de forma que os objetivos traçados ao ser criado o novo instituto, principalmente em relação à celeridade processual, possam ser alcançados.

## CONCLUSÃO

A Lei dos Recursos Repetitivos tem sido saudada pela comunidade jurídica como uma importante ferramenta para que se atinja o ideal de uma justiça ágil, célere e eficiente.

E os primeiros resultados decorrentes da aplicação desse novo instituto são, de fato, alvissareiros.

Segundo dados extraídos do sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet, desde que foi editada a Lei nº 11.672, em agosto de 2008, mais de 260 processos foram destacados para julgamento pelo rito da Lei dos Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. Até agosto deste ano, quando a norma completou um ano de vigência, houve uma redução de 34% no número de recursos que chegam ao Tribunal.

Ainda segundo informa a página oficial do STJ, mais de 60 temas já foram definidos pelos órgãos julgadores da Corte. Dentre eles uma grande variedade de questões que vão desde o Direito Tributário, área responsável pela maioria dos temas até a presente data já enfrentados, como matérias atinentes ao Direito Civil, Penal e Previdenciário.

A Corte Especial, órgão máximo do STJ, tem 18 temas destacados para apreciação pelo novo rito.

Dessarte, não se pode negar o impacto positivo que a sistemática introduzida pela Lei dos Recursos Repetitivos tem gerado no funcionamento da Corte responsável pela última palavra em termos de interpretação da legislação federal infraconstitucional.

Contudo, como procuramos demonstrar no presente trabalho, são várias as questões que desafiam os operadores do Direito para que a Lei dos Recursos Repetitivos possa atingir plenamente os fins colimados pelo legislador.

É importante destacar que além de propiciar a tão almejada celeridade processual, objetivo principal da nova sistemática adotada, a Lei dos Recursos Repetitivos poderá contribuir grandemente para a uniformização da interpretação da legislação federal, função precípua do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, mostra-se de grande relevo que os operadores do Direito diretamente envolvidos se comprometam com os objetivos que foram traçados ao se conceber o novel instituto.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mais do que respeitada, deve ser prestigiada pelas instâncias ordinárias, assim como as partes litigantes e seus representantes devem estar atentos as orientações emanadas daquele Órgão de Cúpula do Poder Judiciário, de modo que a garantia prevista no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, seja, de fato, assegurada a todos os jurisdicionados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, J.E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**. Nº 162, agosto/2008.

ANDRADE, Fábio Martins. Procedimentos para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ – Anotações à Lei nº 11.672/2008. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo, n 65, 2008. p. 17-27.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 160, jun/2008. p. 83-86.

DONIZERRI, Elpídio. **Curso Diário de Direito Processual Civil**. Editora Lumen Juris. 7ª ed. Rio de Janeiro, 2007.

FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. **Revista de Direito Renovar**, vol. 42. Setembro/dezembro 2008. p. 1-11.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Considerações sobre a idéia da repercussão geral e a multiplicidade dos recursos repetitivos no STJ e no STJ. **Revista de Processo**. Ano 34. Nº 170. Abril/2009. p. 140-155.

MANCUSO, Rodolgo de Camargo. **Recurso Extraordinário e recurso especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MELLO, Rogério Licastro Torres; Gério Licastro Torres. Recursos especiais repetitivos: problemas de constitucionalidade da Resolução 8/2008, do STJ. **Revista do Processo**. Ano 33. Nº 163. Set/2008. p. 190-195.

NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ: Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos. **Revista de Processo**. Ano 33. Nº 163. Setembro/2008. p. 234-247.

NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, art. 543-C, do CPC. **Revista do Processo**. Ano 33. Nº 164. Out/2008. p. 235-244.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Do Recurso extraordinário no direito processual brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues Wambier; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras: Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ nos processos coletivos. **Revista de Processo**. n. 163. Set/2008. São Paulo. Volume 882, 2009. p. 28-49.